

DÍVIDAS DOS ESTADOS

Negociações envolvem US\$ 50 bilhões

O Ministério da Fazenda retomará, a partir de hoje, as negociações com o Congresso e governos estaduais para refinanciamento da dívida de US\$ 50 bilhões (Cr\$ 2 quadrilhões) que Estados e municípios mantêm, direta e indiretamente, com a União. O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal Filho, terá reuniões com o relator do projeto que fixa as normas de rolagem da dívida, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

O projeto foi enviado ao Congresso na gestão do ex-ministro da Fazenda Paulo Haddad, em janeiro. Rigotto começou a negociar com os governos federal e estaduais um substitutivo. Uma semana antes da queda de Eliseu Resende as partes quase chegaram a um acordo. Na ocasião, Resende, Rigotto e o ministro da Indústria e Comércio, Andrade Vieira, se reuniram com os secretários de Fazenda dos maiores Estados devedores: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande do Sul. Em relação a quatro pontos, no entanto, não houve consenso.

Entre os pontos que ficaram pendentes de acerto está a data da consolidação das dívidas: o projeto do governo determina que sejam refinanciados os débitos consolidados até 31 de janeiro de 1993 enquanto os Estados querem que a data seja a da assinatura do contrato final. Também está em discussão o limite de comprometimento das receitas próprias dos Estados. A proposta do governo é que os Estados comprometam 11% de sua receita líquida disponível para cobertura das amortizações no primeiro ano de rolagem e

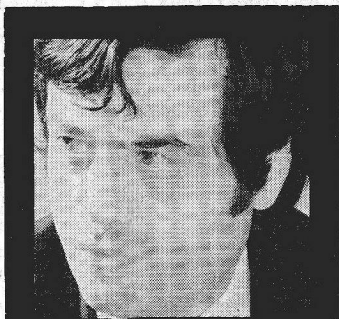
15% a partir do segundo. Os Estados defendem que cada um defina seu limite de comprometimento. Outra pendência refere-se às dívidas mobiliárias de São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul. Os quatro se uniram para tentar negociar regras de refinanciamento diferentes das que serão estabelecidas para outras dívidas. O último ponto é o estabelecimento de regras diferentes para os adimplentes.

Para chegar a um acordo de refinanciamento da dívida dos Estados terão de ser transpostos grandes obstáculos de ordem técnica. Mas estes são menores do que os de ordem política. É difícil conciliar os interesses políticos de diversos Estados, especialmente os dos quatro grandes. O receio dos técnicos do Ministério da Fazenda é de que um novo projeto de lei de ro-

lagem esteja fadado ao destino de seu antecessor, aprovado pelo Congresso no final de 1991. Nenhum Estado ou município assinou contrato de refinanciamento com base naquela lei.

A situação das contas públicas de quase todos os Estados brasileiros é semelhante à da União: muito ruim. Mas três Estados destacam-se como honrosas exceções: Santa Catarina, Espírito Santo e Ceará. Esses Estados cortaram gastos e aumentaram a arrecadação de impostos, o que lhes permite estar em dia com a União. Também contaram com algumas características favoráveis, como a inexistência de dívida mobiliária e a existência de débitos externos em volumes relativamente pequenos.

Jocimar Nastari/AE



Murilo Portugal Filho, secretário do Tesouro, se reunirá com o relator do projeto que fixa as normas de rolagem da dívida.